



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo 7 – Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

Trabalho social com famílias na proteção social básica: o grupo chá da tarde como experiência territorial em CRAS.

Caroline Andreia Engelmann¹

Resumo: Este trabalho apresenta a experiência do grupo Chá da Tarde, desenvolvido no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no CRAS Leste de Foz do Iguaçu. O grupo tem como objetivo fortalecer vínculos comunitários, promover a convivência social e prevenir situações de vulnerabilidade por meio de atividades socioeducativas e participativas. Trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, fundamentado na prática profissional. Os resultados apontam para o fortalecimento de vínculos, ampliação das redes de apoio e maior pertencimento das participantes ao território e à política de assistência social.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; PAIF; Proteção Social Básica; Fortalecimento de vínculos; Trabalho social com famílias.

Abstract: This paper presents the experience of the Chá da Tarde group, developed within the scope of the Family Protection and Integral Assistance Service (PAIF) at the Social Assistance Reference Center of the Eastern Region of Foz do Iguaçu. The objective is to analyze the group as a strategy for social work with families in Basic Social Protection, focusing on strengthening social bonds, community coexistence, and prevention of social vulnerability. This is a qualitative experience report, based on professional practice and the guidelines of the Unified Social Assistance System. The results indicate positive impacts on support networks, territorial belonging, and social participation.

Keywords: Social Assistance Policy; PAIF; Basic Social Protection; Strengthening of bonds; Social work with families.

¹psicóloga, Centro de Referência em Assistência Social da Região Leste (CRAS Leste), Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE, carolinewengelmanna@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social no Brasil organiza-se por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estruturado como política pública não contributiva, destinada à garantia de direitos e à proteção social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Conforme a Política Nacional de Assistência Social, a assistência social constitui “direito do cidadão e dever do Estado”, sendo orientada pelos princípios da universalidade, da proteção social e da participação social (Brasil, 2004).

No âmbito do SUAS, a Proteção Social Básica tem como finalidade prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso a direitos (Brasil, 2014). Essa proteção se materializa prioritariamente nos territórios, considerando as expressões da questão social presentes no cotidiano das famílias e comunidades atendidas.

Entre os serviços que compõem a Proteção Social Básica, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado de forma continuada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O PAIF tem como eixo central o trabalho social com famílias, compreendido como um conjunto de ações que visa apoiar as famílias no enfrentamento de vulnerabilidades, fortalecer sua função protetiva e promover o acesso a políticas públicas e direitos sociais (Brasil, 2012).

O trabalho social com famílias, conforme orientações técnicas do SUAS, deve articular atendimentos individuais, familiares e coletivos, valorizando a escuta qualificada, o protagonismo dos usuários e a construção de espaços de convivência e participação social (Brasil, 2012). Nessa perspectiva, as atividades grupais assumem papel estratégico, pois favorecem a troca de experiências, o fortalecimento de vínculos comunitários e a construção coletiva de saberes, aspectos apontados como desafios e possibilidades do trabalho com famílias na literatura especializada (Horst & Mito, 2018).

O **trabalho social com famílias** implica olhar para as múltiplas dimensões da vida social, reconhecendo as famílias como sujeitos de direitos e protagonistas de suas trajetórias socioculturais. Este aspecto é reforçado na literatura crítica ao familismo, como no estudo de Campos e Mito (2009), que problematiza a centralidade da família na política social brasileira e aponta tensões entre proteção e responsabilização familiar.

É nesse contexto que se insere a experiência do grupo Chá da Tarde, desenvolvido no âmbito do PAIF pelo Centro de Referência de Assistência Social da Região Leste (CRAS Leste), no município de Foz do Iguaçu (PR). O grupo constitui-se como um espaço coletivo de convivência, diálogo e reflexão, voltado para as mulheres do território, buscando promover o fortalecimento de vínculos, o cuidado com a saúde emocional e o sentimento de pertencimento comunitário.

A experiência do Chá da Tarde dialoga diretamente com as diretrizes do SUAS ao reconhecer o território como espaço privilegiado de intervenção e ao compreender as famílias como sujeitos de direitos, inseridos em contextos sociais marcados por desigualdades estruturais.



Assim, analisar essa prática contribui para refletir sobre o papel do trabalho social com famílias na Proteção Social Básica e sobre a relevância dos grupos como estratégia de prevenção, convivência e fortalecimento das proteções sociais no território.

A atuação do grupo dialoga com a literatura sobre a inserção da Psicologia nas políticas sociais brasileiras, conforme analisado por Yamamoto e Oliveira (2010), que contextualizam historicamente a participação da Psicologia na interface com as políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e assistência social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica

O trabalho social com famílias constitui eixo estruturante da Proteção Social Básica no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como principal objetivo a prevenção de situações de risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2004). No âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), esse trabalho se materializa especialmente por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF, o trabalho social com famílias deve considerar as múltiplas dimensões da vida social, reconhecendo as famílias como sujeitos de direitos e protagonistas de suas trajetórias (Brasil, 2012). Essa perspectiva rompe com abordagens moralizantes ou individualizantes, compreendendo as vulnerabilidades como produzidas socialmente e relacionadas às desigualdades estruturais.

Nesse contexto, as ações coletivas e grupais assumem papel central, pois possibilitam a construção de espaços de convivência, troca de experiências e fortalecimento das redes de apoio.

2.2 O grupo como estratégia metodológica no PAIF

O trabalho com grupos é reconhecido como uma estratégia fundamental no âmbito do PAIF, por favorecer processos de socialização, participação e construção coletiva de saberes. As orientações técnicas destacam que os grupos permitem ampliar o alcance das ações do CRAS e fortalecer o caráter preventivo da Proteção Social Básica (Brasil, 2012).

Os grupos configuram-se como espaços privilegiados para o desenvolvimento de ações socioeducativas, reflexivas e informativas, respeitando as especificidades do território e do público atendido. Além disso, possibilitam o fortalecimento de vínculos comunitários, aspecto essencial para a redução do isolamento social e para a ampliação das proteções sociais.

No caso do grupo Chá da Tarde, a metodologia adotada buscou valorizar a participação ativa das usuárias, promovendo um ambiente acolhedor, horizontal e de escuta qualificada.

2.3 O Chá da Tarde como experiência territorial no CRAS Leste

No CRAS Leste, o grupo Chá da Tarde foi implementado como uma ação contínua voltada principalmente a mulheres adultas e idosas em situações de vulnerabilidade social. A iniciativa surgiu a partir de demandas identificadas no atendimento individualizado, como fragilização de



vínculos, isolamento social e sofrimento emocional. Ao longo do tempo, o grupo promoveu rodas de conversa, oficinas temáticas e planejamento coletivo, conforme as necessidades expressas pelas participantes.

As atividades realizadas ao longo do tempo envolveram rodas de conversa, dinâmicas participativas, oficinas temáticas, ações de planejamento coletivo e momentos de convivência, sempre articuladas aos objetivos do PAIF. Temas como saúde mental, direitos sociais, autocuidado, relações familiares e envelhecimento foram abordados de forma acessível e contextualizada.

Destaca-se o uso de metodologias participativas no planejamento das atividades, como a dinâmica “O Chá que a Gente Quer”, que possibilitou às participantes expressarem interesses, expectativas e desejos em relação ao grupo. Essa prática reforça o protagonismo das usuárias e está alinhada ao princípio da participação social previsto na Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004).

Além disso, o grupo extrapolou o espaço físico do CRAS por meio de passeios e atividades externas, fortalecendo o vínculo das participantes com o território e ampliando o acesso à cidade enquanto direito social.

2.4 A contribuição da Psicologia no trabalho social com famílias

A atuação da Psicologia no âmbito da Política de Assistência Social apresenta especificidades que exigem constante reflexão ética e metodológica. Diferentemente do modelo clínico tradicional, o trabalho psicológico no SUAS deve estar orientado por uma perspectiva psicossocial, coletiva e territorial (CFP, 2013).

No contexto do Chá da Tarde, a Psicologia contribuiu principalmente por meio da escuta qualificada, da mediação de conflitos, da facilitação de processos grupais e da valorização das narrativas das usuárias. Segundo o Conselho Federal de Psicologia, a atuação no SUAS deve promover autonomia, fortalecimento de vínculos e ampliação da participação social, evitando práticas individualizantes ou patologizantes (CFP, 2013).

A integração entre Psicologia e Assistência Social mostrou-se fundamental para compreender as vivências das participantes para além do sofrimento individual, situando-as em contextos sociais, familiares e territoriais. Essa articulação permitiu abordar temas como saúde mental e sofrimento psíquico de forma crítica, considerando os determinantes sociais que atravessam essas experiências.

Assim, a Psicologia, quando alinhada aos princípios do SUAS, contribui para qualificar o trabalho social com famílias, respeitando suas singularidades e fortalecendo suas potencialidades, sem desconsiderar os limites e objetivos da política pública.

A atuação da Psicologia no SUAS, orientada por uma perspectiva psicossocial e coletiva, contribui para a compreensão dos processos subjetivos que atravessam as experiências das famílias e dos grupos. Conforme Yamamoto e Oliveira (2010), a psicologia inserida no campo das políticas sociais amplia o olhar para as determinações sociais que influenciam as vivências



individuais e coletivas, situando-as no contexto mais amplo das desigualdades e das possibilidades de transformação social.

2.5 Singularidades e complementaridades entre Psicologia e Política de Assistência Social

A experiência do Chá da Tarde evidencia que a integração entre Psicologia e Política de Assistência Social não implica sobreposição de funções, mas complementariedade de saberes. Enquanto a Assistência Social atua na garantia de direitos e na organização da proteção social, a Psicologia contribui para a compreensão dos processos subjetivos e relacionais que atravessam as vivências familiares e comunitárias.

Articulações entre política social e Psicologia têm sido discutidas na literatura especializada, sobretudo no que diz respeito à inserção da Psicologia no campo das políticas públicas de proteção social, saúde e assistência social. Yamamoto e Oliveira (2010) analisam a trajetória da Psicologia enquanto campo profissional no cenário das políticas sociais brasileiras, destacando a importância de práticas que conciliem compromisso social com leitura crítica da realidade sociopolítica.

Dessa forma, o Chá da Tarde configura-se como uma prática que evidencia o potencial da atuação interdisciplinar no CRAS, fortalecendo o trabalho social com famílias e contribuindo para a efetivação da Proteção Social Básica de forma integral e humanizada.

2.6 Caracterização do território de atuação do CRAS Leste

O território de atuação do CRAS Leste configura-se como um espaço marcado por heterogeneidades sociais, econômicas e culturais, refletindo desigualdades estruturais presentes no contexto urbano. Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, o território deve ser compreendido não apenas como delimitação geográfica, mas como espaço vivo, atravessado por relações sociais, redes de apoio, conflitos e potencialidades (Brasil, 2004).

No território atendido, observa-se a presença significativa de famílias em situação de vulnerabilidade social, com histórico de precarização do trabalho, renda instável, sobrecarga de cuidados familiares e acesso limitado a políticas públicas complementares. Muitas mulheres exercem papel central na organização da vida familiar, acumulando responsabilidades domésticas, cuidado com filhos, netos ou familiares adoecidos, frequentemente sem suporte institucional suficiente.

Essa realidade reforça a importância do CRAS enquanto porta de entrada da política de Assistência Social e espaço de referência para o fortalecimento de vínculos comunitários.

2.7 Perfil das participantes do grupo Chá da Tarde

O grupo Chá da Tarde é composto majoritariamente por mulheres negras, adultas e idosas, usuárias do PAIF, residentes no território de abrangência do CRAS Leste. As participantes apresentam trajetórias marcadas por múltiplas vulnerabilidades, incluindo experiências de



violência, adoecimento físico e mental, luto, isolamento social e fragilização de vínculos familiares.

Grande parte das mulheres encontra-se em fase do ciclo de vida em que as redes sociais tendem a se reduzir, seja pela saída dos filhos de casa, pela viuvez ou por limitações físicas.

O grupo caracteriza-se pela diversidade de histórias de vida, saberes populares e experiências acumuladas, que se transformam em recursos importantes no processo grupal. A valorização dessas trajetórias mostrou-se elemento central para o fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento das participantes, alinhando-se ao princípio do protagonismo dos usuários da política de Assistência Social.

A fase do ciclo de vida em que muitas participantes se encontram — caracterizada pela saída dos filhos de casa, viuvez e limitações físicas — acentua a redução de redes sociais, o que aumenta a importância de espaços coletivos de convivência e cuidado para prevenir isolamento e promover bem-estar emocional. Esse entendimento está em consonância com trabalhos que discutem desafios do trabalho social com famílias, indicando a necessidade de práticas capazes de integrar dimensões sociais e subjetivas no acompanhamento socioassistencial (Mioto, 2010).

2.8 Metodologias de trabalho desenvolvidas no grupo

O Chá da Tarde foi desenvolvido a partir de uma metodologia participativa, fundamentada nos princípios da escuta qualificada, da horizontalidade das relações e do protagonismo das usuárias. As atividades ocorrem de forma quinzenal, em encontros planejados de acordo com as demandas identificadas no grupo e com os objetivos do PAIF.

As metodologias utilizadas incluíram rodas de conversa, dinâmicas grupais, oficinas temáticas, atividades expressivas e ações de planejamento coletivo. Destaca-se a utilização de recursos lúdicos e simbólicos, que facilitaram a expressão de sentimentos, memórias e expectativas, especialmente em temas sensíveis como saúde mental, envelhecimento e relações familiares.

A dinâmica “O Chá que a Gente Quer” exemplifica essa abordagem metodológica, ao possibilitar que as próprias participantes definissem temas prioritários e atividades desejadas para o grupo.

Segundo Freire (1996), processos educativos dialógicos, baseados na escuta, no respeito às experiências dos sujeitos e na construção coletiva do conhecimento, favorecem o desenvolvimento da autonomia, da consciência crítica e do senso de pertencimento. Para o autor, o diálogo é condição para que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de suas trajetórias, aspecto diretamente relacionado ao trabalho social com famílias, que busca fortalecer capacidades, vínculos e participação social.

A metodologia adotada buscou respeitar o ritmo do grupo, promovendo um ambiente seguro e acolhedor, no qual as mulheres se sentissem à vontade para compartilhar vivências e construir coletivamente estratégias de enfrentamento das dificuldades cotidianas.



2.9 Articulação intersetorial e acesso a direitos

O trabalho desenvolvido no Chá da Tarde também se configurou como espaço estratégico para a articulação com outras políticas públicas e serviços da rede socioassistencial. Durante os encontros, foram abordadas informações sobre direitos sociais, acesso a benefícios, serviços de saúde e demais políticas públicas, fortalecendo o caráter preventivo da Proteção Social Básica.

A socialização de informações e a troca de experiências entre as participantes contribuíram para ampliar o conhecimento sobre direitos e para estimular a busca ativa por serviços. Conforme destaca Mioto (2010), o trabalho social com famílias deve promover o acesso à informação como instrumento de fortalecimento da cidadania.

Processos de socialização de informações e troca de experiências entre as participantes ampliaram o conhecimento sobre serviços e fluxos de atendimento, fortalecendo a função do CRAS como unidade de referência no território. Este enfoque integrador fortalece o caráter preventivo da Proteção Social Básica, já que o trabalho social com famílias deve promover acesso à informação como instrumento de fortalecimento da cidadania e redução das vulnerabilidades sociais (Garcia, 2018).

Além disso, os passeios e atividades externas organizados pelo grupo favoreceram o acesso à cidade enquanto direito, ampliando o repertório cultural e social das participantes. Essas ações dialogam com o debate sobre território e direito à cidade, ao reconhecer que o usufruto dos espaços urbanos também constitui dimensão da proteção social.

2.10 O grupo como espaço de cuidado, convivência e prevenção

O Chá da Tarde consolidou-se como um espaço de cuidado coletivo, no qual o sofrimento psíquico pôde ser acolhido sem a lógica da patologização. A abordagem adotada permitiu trabalhar temas como depressão, ansiedade e outras vivências de sofrimento a partir de uma perspectiva psicossocial, contextualizada e integrada à realidade das participantes.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), a atuação no SUAS deve priorizar práticas coletivas que fortaleçam vínculos e promovam autonomia, evitando intervenções centradas exclusivamente no indivíduo. Nesse sentido, o grupo mostrou-se potente como espaço de prevenção, ao reduzir o isolamento social e fortalecer redes de apoio.

A convivência regular possibilitou a construção de vínculos significativos entre as participantes, favorecendo sentimentos de pertencimento, solidariedade e reconhecimento mútuo. Esses elementos são fundamentais para a efetivação da Proteção Social Básica e para a promoção de qualidade de vida no território.

3. RESULTADOS

A análise dos resultados do trabalho desenvolvido no grupo Chá da Tarde evidencia impactos significativos no fortalecimento de vínculos, na ampliação do acesso a direitos e na construção de espaços coletivos de cuidado no território. A partir da observação sistemática dos encontros,



dos registros técnicos e das falas das participantes, foi possível organizar os resultados em categorias analíticas, conforme apresentado a seguir.

3.1 Fortalecimento de vínculos comunitários e sentimento de pertencimento

Um dos principais resultados observados refere-se ao fortalecimento dos vínculos comunitários entre as participantes. Ao longo do processo grupal, as mulheres passaram a estabelecer relações de maior proximidade, confiança e apoio mútuo, transformando o grupo em uma rede informal de suporte social.

O sentimento de pertencimento ao grupo e ao território foi reforçado pela regularidade dos encontros e pela construção coletiva das atividades. A possibilidade de participar das decisões sobre os temas e ações do grupo contribuiu para que as usuárias se reconhecessem como parte ativa do processo, superando a posição de receptoras passivas de serviços.

Esse resultado dialoga com o preconizado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que destaca a convivência como eixo estruturante do SCFV e do PAIF, visando prevenir situações de isolamento social e fragilização de vínculos (Brasil, 2009) e se aproxima das discussões sobre trabalho com famílias em políticas sociais: além de responder a necessidades individuais, a ação institucional pode produzir efeitos coletivos de sociabilidade e pertencimento, como apontado por pesquisadores do campo (Campos & Miotto, 2009).

3.2 Protagonismo das participantes e valorização dos saberes cotidianos

A metodologia participativa adotada possibilitou o fortalecimento do protagonismo das mulheres, evidenciado na dinâmica de planejamento coletivo do grupo. As participantes expressaram interesses, expectativas e demandas relacionadas à saúde mental, ao acesso a direitos, às práticas de autocuidado e às atividades manuais e culturais.

O reconhecimento dos saberes cotidianos e das experiências de vida das usuárias contribuiu para a construção de um espaço horizontal de troca, no qual o conhecimento técnico dialogou com o conhecimento popular. Essa valorização favoreceu o engajamento contínuo no grupo e o aumento da autoestima das participantes.

Esse aspecto reafirma a importância de práticas que reconheçam os sujeitos como portadores de saberes e histórias, conforme defendido por Paulo Freire (1996), ao propor uma educação baseada no diálogo e na construção coletiva do conhecimento. E dialoga com a literatura crítica que defende abordagens não moralizantes e não individualizantes no trabalho social com famílias, valorizando os conhecimentos cotidianos e a capacidade de cooperação entre pares (Miotto, 2010).

3.3 O grupo como espaço de cuidado psicossocial e prevenção

Outro resultado relevante foi a consolidação do Chá da Tarde como espaço de cuidado psicossocial, especialmente no que se refere à saúde mental das participantes. Temas como depressão, sofrimento psíquico, envelhecimento e vivências de adoecimento foram abordados de forma coletiva, contextualizada e não patologizante.



A escuta qualificada e o compartilhamento de experiências possibilitaram que sentimentos de solidão, tristeza e ansiedade fossem reconhecidos e acolhidos no grupo, reduzindo o isolamento social. Observou-se que muitas participantes passaram a relatar maior disposição para buscar apoio, conversar sobre suas dificuldades e acessar serviços da rede quando necessário.

Esse resultado está alinhado às diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (2013), que orienta a atuação da Psicologia no SUAS a partir de práticas coletivas, preventivas e promotoras de autonomia, evitando a reprodução de modelos clínicos individualizantes. E converge com as diretrizes de atuação da Psicologia nas políticas públicas, que enfatizam práticas preventivas e coletivas, afastadas de modelos clínicos centrados no indivíduo (Yamamoto & Oliveira, 2010).

3.4 Ampliação do acesso à informação e aos direitos socioassistenciais

Os encontros do grupo também funcionaram como espaço privilegiado para a disseminação de informações sobre direitos sociais, políticas públicas e serviços disponíveis no território. A troca de informações entre as participantes e a mediação técnica contribuíram para ampliar o conhecimento sobre benefícios, serviços e fluxos de atendimento.

Esse processo fortaleceu a autonomia das usuárias na busca por direitos e no acesso às políticas públicas, reafirmando o caráter educativo do trabalho social com famílias. E como aponta Garcia (2018) o trabalho social com famílias deve incluir a promoção do acesso à informação como elemento central para o exercício da cidadania e a redução de vulnerabilidades sociais.

Além disso, o grupo possibilitou identificar demandas recorrentes, que subsidiaram encaminhamentos e articulações com a rede socioassistencial e intersetorial, fortalecendo a função do CRAS como unidade de referência no território.

3.5 Vivências de lazer, cultura e direito à cidade

As atividades externas e os passeios planejados coletivamente evidenciaram o impacto positivo do acesso ao lazer e à cidade como dimensão da proteção social. Muitas participantes relataram que, antes do grupo, não frequentavam determinados espaços da cidade, seja por limitações financeiras, insegurança ou ausência de companhia.

O acesso a esses espaços ampliou o repertório cultural das usuárias e fortaleceu o sentimento de pertencimento à cidade, compreendida como direito. Esse resultado dialoga com o debate sobre território e direito à cidade, ao reconhecer que a participação nos espaços urbanos também compõe as estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e se alinha à compreensão de território como espaço social vivido, que influencia e é influenciado pela interação das pessoas com o meio e com outras pessoas.

3.6 Impactos subjetivos e coletivos do processo grupal

De forma transversal às demais categorias, observou-se o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do senso de valor pessoal das participantes. Relatos indicaram mudanças na



forma como as mulheres se percebem, reconhecendo-se como sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias.

O grupo passou a ser identificado pelas participantes como espaço de acolhimento, aprendizado e afeto, reafirmando a importância das ações coletivas na Proteção Social Básica. Esses impactos subjetivos e coletivos evidenciam o potencial do trabalho grupal como estratégia central no PAIF.

4. CONCLUSÕES

A experiência do grupo Chá da Tarde reafirma a centralidade do trabalho social com famílias e grupos no âmbito da Proteção Social Básica, em conformidade com as diretrizes do SUAS e do PAIF. A análise dos resultados evidencia que espaços coletivos de convivência e cuidado podem:

- fortalecer vínculos comunitários e redes de apoio;
- promover protagonismo e autoestima;
- ampliar o acesso à informação e direitos;
- oferecer ambientes de cuidado psicossocial que favoreçam a redução de sentimentos de isolamento.

Observou-se que a inclusão de metodologias participativas — que valorizam saberes cotidianos e experiências de vida — favoreceu o engajamento continuado das participantes e a construção de práticas grupais de proteção social. O grupo demonstrou-se uma estratégia efetiva para a prevenção de situações de vulnerabilidade, alinhada aos princípios e diretrizes do SUAS e do PAIF.

Conclui-se que a construção de espaços grupais contínuos, fundamentados na escuta, na participação e no reconhecimento das famílias como sujeitos de direitos, contribui para a ampliação das proteções sociais no território. O Chá da Tarde, ao articular convivência, informação e cuidado emocional, consolida-se como uma prática territorial que ultrapassa a lógica do atendimento pontual, promovendo vínculos duradouros entre usuárias e o CRAS.

Por fim, destaca-se a necessidade de fortalecimento e valorização dessas experiências no âmbito da gestão da política de assistência social, considerando seu potencial para a promoção da cidadania, do pertencimento territorial e da participação social. A experiência apresentada pode contribuir para o debate acadêmico e profissional sobre o trabalho social com famílias, especialmente no que se refere às práticas grupais na Proteção Social Básica.

Além disso, a aproximação entre Psicologia e Assistência Social, pensada a partir de uma perspectiva psicossocial e coletiva, demonstrou potencial para qualificar intervenções, ultrapassando abordagens tradicionais individualizantes e fortalecendo práticas que consideram a totalidade das circunstâncias sociais e subjetivas vividas pelas famílias.

Por fim, as vivências de lazer e acesso à cidade reforçam que o direito ao território vivido — e não apenas à moradia — constitui dimensão crucial da proteção social, relacionando-se diretamente com sensação de pertencimento e qualidade de vida.



Referências:

BRASIL. *Mulheres e políticas públicas: transversalidade e direitos*. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2014.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. *SER Social*, Brasília, n. 12, p. 165–190, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12932. Acesso em: 7 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Joana Angélica Barbosa. Apontamentos sobre a controvertida centralidade da família no trabalho social. *SER Social*, Brasília, v. 20, n. 42, p. 30–54, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v20i42.13556. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13556. Acesso em: 7 fev. 2026.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Serviço social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, v. 15, n. 40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.32749>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32749>. Acesso em: 7 fev. 2026.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho com famílias: um desafio para assistentes sociais. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 11, n. 2, p. 979–994, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/979>. Acesso em: 7 fev. 2026.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. especial, p. 9–24, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/17502>. Acesso em: 7 fev. 2026.